

# **A ARBITRAGEM NOS IMPOSTOS ESPECIAIS SOBRE O CONSUMO: UM PONTO FINAL OU UM PONTO DE PASSAGEM ?**

Universidade Nova de Lisboa, 12 de Dezembro de 2012

# **1 - Introdução**

## **2 – A vinculação da ex-DGAIEC à arbitragem tributária**

## **3 - Os Impostos Especiais sobre o Consumo**

### **3.1 - Características**

### **3.2 - Exclusões**

## **4 - A exclusão da importação da jurisdição arbitral**

### **4.1 - Os direitos aduaneiros e os impostos indirectos aplicáveis à importação**

### **4.2 – O Conselho Técnico Aduaneiro**

## **5 - Conclusões**

## 2 – A vinculação da ex-DGAIEC à arbitragem tributária (Portaria 112-A/2011)

### Exclusões

*“Pretensões relativas a direitos aduaneiros sobre a importação e demais impostos indirectos que incidam sobre mercadorias sujeitas a direitos de importação;*

*Pretensões relativas à classificação pautal, origem e valor aduaneiro das mercadorias e a contingentes pautais, ou cuja resolução dependa de análise laboratorial ou de diligências a efectuar por outro Estado membro no âmbito da cooperação administrativa em matéria aduaneira.”* [alíneas c) e d) do art.º 2.º]

- **A exclusão da importação da arbitragem tributária**
  - Declaração para livre prática (“comunitarização” das mercadorias)
  - Declaração para livre prática e consumo
  - Relevância (quantitativa) da importação
- **A inclusão da exportação na arbitragem tributária**
  - Direitos aduaneiros de exportação (em regra, não existem)
  - Dedução completa do IVA (no âmbito da autoliquidação)
  - Reembolsos de impostos internos (A.A.E.)
  - Exclusão das matérias de classificação pautal, valor, etc.
- **A inclusão dos IEC na arbitragem tributária**

### 3 – Os Impostos Especiais sobre o Consumo (DL n.º 73/2010)

#### Características

- Representam 7% de toda a receita fiscal estadual
- São aplicáveis a cerca de 3.000 empresas
- Incidem sobre uma centena de produtos
- Não se regista uma “litigância de massa”  
no entanto
- Incidem sobre produtos de grande consumo
- As taxas de imposto aplicáveis são muito elevadas
- As empresas só podem “declarar para consumo” após pagamento ou garantia do IEC
- Forte sensibilidade à celeridade na resolução das pretensões
- Necessidade de especialização (CADD dispõe de juízes - árbitros especializados)

#### Exclusões

- Classificação pautal , valor, origem e contingentes ( embora não sujeitas ao CTA)
- Análise laboratorial
- Cooperação administrativa com outros Estados membros

#### Impugnação Judicial

- Somente para os tribunais judiciais; apesar de
- Os tribunais arbitrais apresentam vantagens (celeridade e especialização)

## 4 – Fundamento da exclusão da importação

- Direitos aduaneiros e impostos indirectos aplicáveis à importação
  - Classificação pautal
  - Valor aduaneiro
  - Origem
  - *DL 281/91: lei especial que cria o CTA onde corre o “processo técnico de contestação”*
- Conselho Técnico Aduaneiro (CTA)
  - Composição: presidente e 9 vogais (8 em 10 elementos são da A.T.)
  - Relatores vogais da A.T.
  - Decisões por maioria
  - Quorum mínimo (7 elementos)
  - Importador expõe, por escrito e oralmente, os seus argumentos

### Decisões do CTA

- Homologadas por despacho do Ministro das Finanças (“acto confirmativo”)
- Impugnação: acção administrativa especial

### Histórico das decisões do CTA

- Prazo médio de decisão: 5 meses
- Equilíbrio entre decisões favoráveis à AT e aos importadores
- Das decisões favoráveis à AT (50%) só 10% são sindicadas judicialmente
- 95% dos litígios submetidos ao CTA têm resolução definitiva em sede administrativa

## 5 – Conclusões

### 5.1 - Impostos Especiais sobre o Consumo e Exportação

- As matérias relativas à classificação pautal, análise laboratorial e cooperação ad.<sup>a</sup> só podem ser impugnadas através dos tribunais judiciais, quando ...
- A jurisdição arbitral parece estar em melhor posição para decidir estes casos (celeridade + esp.<sup>ao</sup>)
- Devendo constituir alternativa à via do tribunal judicial
- Eventualidade de nestes casos tornar obrigatória a Reclamação Graciosa

### 5.2 - Importação

- O CTA parece ser a melhor solução, ... mas se for decidida a sua extinção
- Jurisdição arbitral tributária deverá ser alternativa aos tribunais judiciais na Impugnação Judicial
- Parece estar em melhor posição (celeridade e especialização dos juízes – arbitrais)
- Eventualidade de nestes casos tornar obrigatória a Reclamação Graciosa

A arbitragem tributária no domínio dos IEC apresenta virtualidades que a podem impulsionar para um campo mais vasto de aplicação, isto é, para as áreas dos IEC que ainda lhe não estão submetidas.

E, indo um pouco mais longe, se vier a ser extinto o CTA ,então a arbitragem tributária poderá vir a abarcar todo o designado “sector do comércio externo” - passando a ter como universo, relativamente a todas as matérias, os IEC, a exportação e a importação – dado estar vocacionada para uma resolução célere e especializada dos litígios que têm por objecto estas importantes matérias.